

ANEXO L

1536519

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA JOSÉ THOMAZ NABUCO



da JPR, pessoa jurídica estranha ao contrato de fls. 24/28, e não pela Autora.

35. Em consequência disto, para legitimar pretensão direito da Autora, pelo instrumento de fls. 98, JPR promoveu cessão de crédito em favor daquela. É de se notar, que dita cessão de crédito foi empreendida em 13 de janeiro de 1994, isto é, quase 1(hum) ano depois de a Autora, pela notificação de fls. 76/81, dar por rescindido o contrato firmado com os Réus.

36. O que causa estupor é que os Réus nunca mantiveram com a JPR qualquer relação jurídica capaz de ensejar crédito susceptível de cessão.

37. Portanto, a Autora além de investir contra a letra da cláusula 7a do contrato firmado com os Contestantes - por isso que transferiu para terceiros a responsabilidade pela produção e comercialização dos programas - comparece a Juízo na carona de uma cessão de crédito, ajustada com pessoa jurídica alheia ao contrato de fls. 24/28, tudo com o inequívoco objetivo de dar uma aparência de seriedade ao pleito albergado na exordial.

38. Na verdade, a causa determinante do rompimento do contrato situa-se na cláusula 6a (fls.25), que estabelece, verbis :

"As partes acordam pelo presente instrumento que na primeira fase serão gravados 13 (treze) programas, considerados como pilotos para apresentação aos exibidores internacionais, sendo interrompida a produção dos programas, e rescindido de pleno direito o presente contrato, caso seja verificado em 30 (trinta) dias de oferta ao mercado a inviabilidade de sua comercialização.

Parágrafo Único - Ocorrendo a hipótese de inviabilidade de que trata o caput desta cláusula, o presente contrato será dado como resolvido, sendo, no entanto, vedado à CONTRATADA, sob qualquer hipótese, participar como apresentador de programa de idêntico propósito e de mesmo formato, por um período de 2 (dois) anos, reconhecendo as partes ter a CONTRATANTE direitos legítimos sobre a criação dos programas, e assim será entendido mesmo que questionado em países que não respeitam os direitos de autoria e/ou não participem das convenções que tratam da proteção às criações de espírito."

ANEXO 1.

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA JOSÉ THOMAZ NABUCO

1536510



39. Ante a cláusula retro transcrita, tinha, pois, a Autora um prazo de 30 (trinta) dias para colocar em oferta no mercado os programas a serem produzidos. Caso a comercialização se frustrasse neste prazo, a produção dos programas seria interrompida, e rescindido de pleno direito o contrato.
40. O prazo de 30 (trinta) dias para a comercialização teve início, ao revés do que se alega na inicial, na data da assinatura do contrato, isto é, em 28.09.92. Neste sentido, aliás, é a cláusula 4a, parágrafo 2o, que estabelece que "o contratante poderá iniciar tão logo seja assinado o presente instrumento os contatos para a comercialização dos programas". O certo é que o citado prazo de 30 (trinta) dias se escoou, sem que a Autora lograsse êxito na aludida comercialização. Ainda assim, os Contestantes não invocaram a cláusula resolutória expressa prevista na citada cláusula 6a, tanto que consentiram na gravação de todos os 13 (treze) programas a que se obrigaram, como confessa a Autora, às fls 4, item 7.
41. O que sucedeu na hipótese sub judice, é que a Autora, não conseguindo promover a comercialização pretendida e temerosa de que os Réus invocassem a cláusula resolutória expressa contida na cláusula 6a - que lhe obrigaria a desembolsar, nos termos da cláusula 8a, mais US\$ 76.000,00 (noventa e seis mil dólares) que, somados às importâncias já pagas, integralizariam os US\$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil dólares) ali previstos - simulou inconformismo em relação a uma pretensa falta do 2o Réu aos ditames do contrato, circunstância que lhe permitiria, ainda, reivindicar o ressarcimento das quantias despendidas na produção dos programas.
42. No entanto, como antes demonstrado, os Réus cumpriram, rigorosamente, com suas obrigações contratuais. A 1a Contestante porque, nos termos da cláusula 1a, cedeu o seu diretor - EDSON ARANTES DO NASCIMENTO - para a gravação dos programas, e o 2o Réu porque, como admitido na própria inicial, gravou todos os 13 (treze) programas pilotos, conforme recomendava a cláusula 6a.
43. Não se deve perder de vista, ainda, que, nos termos do contrato, era vedado à Autora a negociação para exibição dos programas gravados com o 2o Réu em território brasileiro (cláusula 4a), sendo, ainda, acertado, na forma da cláusula 4a, parágrafo 2o, que a comercialização dos ditos programas nos Estados Unidos deveria aguardar o decurso do prazo de 180 dias, a contar da assinatura do contrato, período que estava reservado à 1a Contestante para ela exercer os "direitos de prioridade na comercialização naquele país."
44. Logo, em função das precisas disposições da cláusula 4a, não poderia a Autora aspirar a comercialização dos

ANEXO I

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA JOSÉ THOMAZ NABUCO



programas, nos primeiros 180 dias, em território norte-americano, nem, em tempo algum, no Brasil.

45. Ora, antes de esgotar o prazo previsto na cláusula 4a, parágrafo 2o, do contrato, a Autora, conforme se vê da anexa notificação, já havia outorgado procuração a seus ilustres advogados com o fim precipuo de ajuizar a notificação premonitória, cuja cópia foi juntada às fls. 76/81.

46. De tudo isto resulta a serena convicção de que a Autora, no prazo de 180 dias a contar da assinatura do contrato, prazo este que, portanto, findaria em 28 de março de 1993, não poderia comercializar ditos programas nos EEUU e, assim, alegar, como pretexto para a sua investida judicial, acontecimentos ocorridos em território norte-americano, como, por exemplo, reportagens da revista "Variety" e a NAPTE, feira que a Autora, como alardeado às fls. 5, item 8, iria, em janeiro de 1993, participar.

47. Além de atentar contra o dever de exclusividade inscrito na cláusula 7a, de não pagar o saldo da remuneração previsto na cláusula 8a, dado o decurso do prazo estabelecido na cláusula 6a, a Autora, ainda, descumpriu a obrigação contida na parte final da cláusula 8a, na medida em que jamais apresentou a carta de crédito, em Banco de primeira linha, do valor referente à hipótese de rescisão. Mas não é só: em tempo algum a Autora se dignou de exibir aos Contestantes qualquer extrato de contas de comercialização, de acordo com o que preceituava o parágrafo único da cláusula 8a.

48. A combinação de todos esses fatos milita no sentido de que a Autora não é credora dos Contestantes. Ao contrário, ela é, em realidade, devedora de US\$ 96.000,00 (noventa e seis mil dólares), em razão do que proclama a cláusula 8a, importância esta que somente não está sendo exigida judicialmente pela 1a Ré, porque a Autora não possui bens, seja no Brasil, seja nas Bahamas, susceptíveis de garantir-lhes o pagamento.

49. Se estas circunstâncias já não fossem mais do que suficientes para autorizar o rechaço desta autêntica aventura judicial - até porque, nos termos do art. 1092 do Código civil, não pode a Autora exigir o implemento de pretensas obrigações dos Réus, antes de cumprir a sua - existem, ainda, outras, que comprometem, irremediavelmente, a postulação acausada na peça vestibular.

50. Assim é que, mesmo que se admitisse, ad argumentandum, que a Autora renunisse justos motivos para pleitear a rescisão do contrato e, ainda, que a rescisão contratual pudesse ser efetivada por mera notificação, o certo é que os pedidos de indenizações, por danos emergentes e lucros cessantes, são manifestamente despropositados.

ANEXO 1

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA JOSÉ THOMAZ NABUCO



51. Já se viu, anteriormente, que a Autora, em autêntico atentado à regra inserta na cláusula 7ª da avença, transferiu para a JPR - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., todas as suas obrigações contratuais, inclusive as de produção e comercialização dos programas. Como a JPR era pessoa jurídica estranha aos Contestantes, a Autora, para "recuperar" sua pretensa legitimidade ao crédito vindicado, foi, inclusive, forçada a engendrar uma "cessão de crédito" (fls. 98), negócio levado a cabo às vésperas do ajuizamento da ação e muitos meses depois da notificação de fls. 76/81.

52. Mas, ainda que se fizesse vistas grossas a tal "arranjo", sobreleia registrar que a documentação carreada para os autos com a inicial é imprestável para os fins perseguidos.

53. Com efeito, examinado-se, ainda que superficialmente, os documentos juntados às fls. 105/212, constata-se:

a) não há, praticamente, nenhuma despesa contraída em nome da Autora;

b) vários dos recibos apresentados são anteriores, inclusive, ao contrato, como, por exemplo, o de fls. 127;

c) a Autora computa despesas que são, apenas, do seu interesse, sem qualquer relação com o fim do contrato. Nesse sentido, é o documento de fls. 111, que registra um dispêndio com "fotos assinatura contrato c/ Pelé";

d) a grande maioria dos documentos não contém detalhes que pudessem relacionar a correspondente despesa com o objeto do contrato. Por exemplo: "produção de vídeo" (fls. 132), tanto pode ser, de fato, resultado de uma gravação envolvendo Pelé, quanto uma outra produção qualquer;

e) arrola-se, sem constrangimento, despesas com ligações telefônicas internacionais, inexistindo demonstração de que elas teriam sido realizadas no interesse da produção dos programas. Juntou-se, até, inúmeros extratos de ligações relativas a um aparelho pertencente a Espólio (por exemplo, fls. 191)!

ANEXO 2

POWER OF ATTORNEY



103586
1993

GRANTOR: PELÉ SPORTS & MARKETING, INC., a corporation organized and existing under the laws of the British Virgin Islands, with registered office at Palm Chambers 3, P.O. Box 3152, Road Town, Tortola, British Virgin Islands, and represented in this document by its Assistant Secretary, Marion P. Ruberti.

GRANTEE: PELÉ SPORTS & MARKETING LTDA., a limited liability company by quotas organized and existing under the laws of Brazil, established at 116 Rua Lauro Muller, 18th floor, Suite 1802, Rio de Janeiro, R.J. Brazil, registered at the Corporate Taxpayers Registry under number 40308694/0001-43.

POWERS: to represent the Grantor before any individuals or legal entities for the special purpose of receiving any payments due to the Grantor under contracts of any nature or from other sources and in this connection to sign receipts, checks and other documents, to grant release, to issue and endorse checks, to make transfers of funds; to substitute this mandate with or without reservation of equal powers and to practice all and any acts necessary for the faithful performance of same.

Duration: This Power of attorney shall be effective as of February 1, 1993 and remain in full force and effect for a period of ten (10) years from this date, unless revoked in writing prior thereto.

Pelé Sports & Marketing, Inc.

By Marion P. Ruberti
Assistant Secretary

ANEXO 2

ROSAMARIA RIPPER D'ALMEIDA
Tradutora Pública Juramentada
e Intérprete Comercial

abaixo assinada, nomeada Tradutora Pública e Intérprete Comercial do idioma inglês para a Praça do Rio de Janeiro (RJ) e matriculada na Junta Comercial sob o número 13, certifico que, tendo recebido um documento exarado em idioma inglês, para que procedesse à sua tradução para o vernáculo, faço-o em razão de meu ofício, como segue:

TRADUÇÃO Nº 23.347 / XII / 98.

Original) PROCURAÇÃO - OUTORGANTE: PELÉ SPORTS & MARKETING INC., uma companhia constituída e em operação de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, sediada em Palm Chambers 3, P.O. Box 252, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas e representada neste ato por sua Secretária Adjunta Marion P. Ruberti.

OUTORGADA: PELÉ SPORTS & MARKETING LTDA., uma sociedade de responsabilidade limitada por quotas, constituída e em operação de acordo com as leis brasileiras, estabelecida à Rua Lauro Muller, 116, andar, Grupo 1802, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CNPJ nº 40308694/0001-43.

TERMINOS: Para representar a Outorgante perante quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, para o fim

Av. Presidente Vargas, 809/803 - 20011-903 - RJ - BRASIL
Tel: (021) 222-2613 Fax: (021) 252-2646

T. 1 23.347

ANEXO 2

procurado de receber quaisquer pagamentos devidos à
devedor, sob contratos de qualquer natureza ou de
outras fontes e, com relação a isso, passar recibos,
emitir cheques e outros documentos, dar quitação,
emitir e endossar cheques, efetuar transferências de
recursos, substabelecer o presente mandato, com ou
sem reserva de poderes iguais, assim como exercer
e quaisquer atos necessários ao fiel
cumprimento do mesmo.

DURAÇÃO: Esta Procuração será válida a partir de 01
de fevereiro de 1993 e permanecerá em pleno vigor e
eficácia por um prazo de dez (10) anos a partir desta
data, a menos que venha a ser revogada antes disso
mediante instrumento escrito.

Por PELE SPORTS & MARKETING, INC., (ass:) Marion P.
Ruberti, Secretária Adjunta.

Certificado Notarial - Estado de Nova York, Comarca
de Nova York - Neste dia 09 de dezembro de 1998,
compareci pessoalmente à minha presença Marion P. Ruberti
e tendo sido por mim devidamente ajuramentada,
declarou e disse residir em 208 Anderson Street,
Box 5H-South, Hackensack, New Jersey 07601, ser
Secretária Adjunta da Pele Sports & Marketing, Inc.,
a companhia descrita no instrumento supra e que
assinou o mesmo e, haver assinado seu nome ao dito

ANEXO 2

519
520

225
2

documento por ordem do Conselho de Administração da
referida empresa. (Ass.) Laura Lacerenza, Tabeliã
Pública do Estado de Nova York. Minha comissão
expira em 31/01/99. Selo de Ofício da Tabeliã
Pública, em relevo.
Certificado n° 103536 do Consulado Geral do Brasil
em Nova York reconhecendo a assinatura da Tabeliã
Pública supra, dado em 09/12/98 pelo Cônsul-Adjunto
Silvio Meneses Garcia, sob o selo oficial da
República Federativa do Brasil que oblitera selo
consular no valor de R\$20 oure.

POR TRADUÇÃO CONFORME:

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1998.

Rosane Maria Ribeiro de Almeida

R\$ 107,00 (T. III) - RM

Av. Presidente Vargas, 599/503 - 20071-002 - RJ - BRASIL
Tel: (021) 232-2819 FAX: (021) 252-3646

A.T. 21.347

ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA JOSÉ THOMAZ NABUCO

ANEXO 31536519

JOSÉ THOMAZ NABUCO
JOÃO VIRGÍLIO DE MELLO FRANCO
F. S. MONIZ DE ARAÚJO
ALFONSO FRANCISCO MACIEL BRAGA
SÉRGIO CHERMONT DE BRITTO
J. A. CESÁRIO ALVIM
JOAQUIM AURÉLIO NABUCO
JOSÉ NABUCO FILHO
JAYME MESQUITA
JOÃO MAURÍCIO NABUCO
MARIA DA GRAÇA F. AYRES
HEITOR BASTOS TIGRE
ROSSEMARY JAHIEL
JOÃO LUIZ COELHO DA ROCHA

ANTÔNIO FERNANDO REBELO PINTO
GUILHERME L. ARRUDA L. FERREIRA
MARIA CHRISTINA B. RÜCKER
ANTÔNIO C. BOCAYUVA CUNHA
ANTÔNIO C. D'ALMEIDA ANGELIM
JOÃO MARCOS NABUCO
BRÊNIO B. DE ALMEIDA NEVES
J. THEOTÔNIO MENDES DE ALMEIDA
MARCELLO A. CIOTOLA
JOSÉ ARNALDO ROSSI
MANOEL ANTÔNIO NABUCO
EUSENIO ARRUDA L. FERREIRA
RENATO JOSÉ LAQUI

AV. RIO BRANCO, 85 - 8º e 9º andares
RIO DE JANEIRO - RJ - 20040-004
TELEFONE (021) 223-3224
TELEFAX (021) 253-2418
TELEX 21-22040 JTHN - BR
CAIXA POSTAL Nº 50 - 20001
RIO DE JANEIRO - RJ

15 de março de 1994

Ilmo. Sr.
Roberto Seabra
PELÉ SPORTS & MARKETING LTDA.
Rua Lauro Muller, 116 - 18º andar
Rio de Janeiro - RJ

Fax nº 542-6991
Número total de páginas: 3

Prezado Roberto,

Conforme combinado, remeto-lho, com a presente, minuta de procuração a ser outorgada pelo Pelé a nosso favor, para ser usada na defesa da ação proposta contra ele e a PELÉ SPORTS & MARKETING INC. pela ISL.

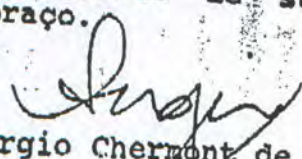
Peço-lhe mandar rebater essa procuração e em seguida colher a assinatura do Pelé.

Depois que terminou a nossa conversa telefônica de há pouco, verifiquei que a PELÉ SPORTS & MARKETING INC. fora representada no contrato com a ISL pelo Pelé que se declarou Diretor Presidente da mesma.

Assim sendo, acho que na procuração da PELÉ SPORTS & MARKETING INC., esta pode ser representada pelo Pelé e, por isso, estou-lhe enviando, também, em anexo, minuta da procuração da PELÉ SPORTS & MARKETING INC. para ser assinada pelo Pelé.

Favor providenciar o reconhecimento da firma do Pelé em ambas essas procurações.

No aguardo de suas providências, envio-lhe um cordial abraço.


Sergio Chermont de Britto

SCB/cras - pele7w5